

Lisboa e Vale do Tejo, sita no local indicado no n.º 9 do presente aviso.

13 — A constituição do júri é a seguinte:

Presidente — Ana Maria Coronha Francisco, chefe de repartição do quadro de pessoal da Direcção Regional de Lisboa e Vale do Tejo/SPTT.

Vogais efectivos:

Arcângela de Jesus Aleixo Galveia Silva Laço, chefe de secção do quadro de pessoal da Direcção Regional de Lisboa e Vale do Tejo/SPTT, que substituirá a presidente nas suas faltas e impedimentos.

António Manuel Barros, assistente administrativo especialista do quadro de pessoal da Direcção Regional de Lisboa e Vale do Tejo/SPTT.

Vogais suplentes:

Maria do Rosário Picado Cordeiro Martins Fialho Guerreiro, assistente administrativa especialista do quadro de pessoal da Direcção Regional de Lisboa e Vale do Tejo/SPTT.

Emília Agostinha Rodrigues Machado Ferreira, assistente administrativa principal do quadro de pessoal da Direcção Regional de Lisboa e Vale do Tejo/SPTT.

10 de Setembro de 1999. — O Presidente do Conselho de Administração, *João Castel Branco Goulão*.

Despacho n.º 19 245/99 (2.ª série). — No uso da faculdade que me é conferida pelo artigo 35.º, n.º 1, do Código do Procedimento Administrativo e pelo artigo 25.º, n.º 2, da Lei n.º 49/99, de 22 de Junho, atento o disposto no artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 43/94, de 17 de Fevereiro, e tendo presente o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 259/98, de 18 de Agosto, delego na directora de serviços da Direcção de Serviços Financeiros e Administrativos, nos presidentes e nos vogais das Direcções Regionais do Norte, do Centro, de Lisboa e Vale do Tejo, do Alentejo e do Algarve a competência para autorizar, ao pessoal administrativo e auxiliar de apoio e vigilância, a prestação de trabalho extraordinário e em dia de descanso semanal, descanso complementar e feriado.

Os dirigentes referidos neste despacho são os seguintes:

Licenciada Maria Margarida Miraltes Pintassilgo Monteiro, directora de serviços da Direcção de Serviços Financeiros e Administrativos;

Licenciado Arnaldo Eduardo da Silva Droux, presidente da Direcção Regional do Norte;

Licenciado Alberto Manuel Ferreira Pimentel, vogal da Direcção Regional do Norte;

Licenciada Antónia Leonor Liberal Fernandes, vogal da Direcção Regional do Norte;

Enfermeiro António Carlos Ferreira, vogal da Direcção Regional do Norte;

Licenciado António Júlio de Jesus Roque, vogal da Direcção Regional do Norte;

Licenciada Maria da Luz Freire Lobo Vaz Patto, presidente da Direcção Regional do Centro;

Licenciada Adelaide Maria Carvalho China, vogal da Direcção Regional do Centro;

Licenciado Fernando Joaquim Ferreira Mendes, vogal da Direcção Regional do Centro;

Licenciado Carlos Alberto da Cunha Vidal, presidente da Direcção Regional de Lisboa e Vale do Tejo;

Licenciado Fernando Manuel Cruz Almeida, vogal da Direcção Regional de Lisboa e Vale do Tejo;

Licenciada Laurinda da Conceição Pereira, vogal da Direcção Regional de Lisboa e Vale do Tejo;

Licenciada Maria Emília Esteves Leitão, vogal da Direcção Regional de Lisboa e Vale do Tejo;

Licenciado Rodrigo Maria Pinto Sousa Coutinho, vogal da Direcção Regional de Lisboa e Vale do Tejo;

Licenciado Manuel Dinis Gaspar Cardoso Cortes, presidente da Direcção Regional do Alentejo;

Licenciado António Marciano Graça Lopes, vogal da Direcção Regional do Alentejo;

Licenciado Pedro Marques Catita, vogal da Direcção Regional do Alentejo;

Licenciado António João Fernandes de Brito Camacho, presidente da Direcção Regional do Algarve;

Enfermeiro Jaime Dias Ferreira, vogal da Direcção Regional do Algarve.

14 de Setembro de 1999. — O Presidente do Conselho de Administração, *João Castel Branco Goulão*.

MINISTÉRIOS DA SAÚDE E DO TRABALHO E DA SOLIDARIEDADE

Despacho conjunto n.º 861/99. — A Lei n.º 102/97, de 13 de Setembro, que alterou a Lei n.º 4/84, de 5 de Abril, com a redacção que lhe foi dada pela Lei n.º 17/95, de 9 de Junho, instituiu uma licença especial para acompanhamento de filho, adoptado ou filho de cônjuge que seja deficiente ou doente crónico.

Prevê ainda o mesmo diploma a concessão de uma prestação pecuniária no caso de licença para acompanhamento dos filhos, adoptados ou filhos do cônjuge dos beneficiários, deficientes profundos ou doentes crónicos.

Para efeitos do disposto no artigo 2.º, n.º 2, do Decreto-Lei n.º 154/88, de 29 de Abril, na redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 347/98, de 9 de Novembro, importa caracterizar deficiência profunda e doença crónica.

Para o efeito, há que ter presente que deficiência não é sinónimo de doença e muitas deficiências podem não ser traduzidas por quaisquer manifestações clínicas.

Por outro lado, as particularidades que envolvem as doenças crónicas e a subjectividade relativa ao doente delas portador implicam que nenhuma formulação geral da gravidade clínica destas doenças se adapte a todas as situações concretas.

Contudo, este facto não pode impossibilitar o estabelecimento de normas com o objectivo de favorecer a equidade e a justiça social.

Nestes termos, determina-se o seguinte:

1 — Para efeitos do reconhecimento do direito ao subsídio por assistência a deficientes profundos e doentes crónicos, considera-se:

- Deficiência profunda, a perda ou alteração prolongada de uma função psicológica, fisiológica ou anatómica, com grave compromisso de autonomia e difícil resposta a tratamento, correcção ou compensação;
- Doença crónica, a doença de longa duração, com aspectos multidimensionais, com evolução gradual dos sintomas e potencialmente incapacitante, que implica gravidade pelas limitações nas possibilidades de tratamento médico e aceitação pelo doente cuja situação clínica tem de ser considerada no contexto da vida familiar, escolar e laboral, que se manifeste particularmente afectado.

2 — A comprovação de deficiência profunda ou doença crónica é feita através de declaração passada pelo médico assistente do menor.

10 de Setembro de 1999. — Pela Ministra da Saúde, *Francisco Ventura Ramos*, Secretário de Estado da Saúde. — Pelo Ministro do Trabalho e da Solidariedade, *Fernando Lopes Ribeiro Mendes*, Secretário de Estado da Segurança Social e das Relações Laborais.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E DA SOLIDARIEDADE

Gabinete do Ministro

Despacho n.º 19 246/99 (2.ª série). — Tendo em vista a preparação da Presidência Portuguesa do Conselho de Ministros da União Europeia na área de intervenção do Ministério do Trabalho e da Solidariedade decidi criar em 24 de Março de 1999 um secretariado técnico de apoio ao grupo de trabalho instituído através do meu despacho n.º 21 677/98.

Em consequência, determino que:

1 — Seja destacado para integrar o secretariado técnico criado pelo meu despacho n.º 33/MTS/99, de 24 de Março, nos termos do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 262/88, de 23 de Julho, o técnico superior Carlos Miguel Rodrigues Duarte, a exercer funções no Instituto do Emprego e Formação Profissional.

2 — O presente despacho produz efeitos a partir de 1 de Outubro de 1999.

14 de Setembro de 1999. — O Ministro do Trabalho e da Solidariedade, *Eduardo Luís Barreto Ferro Rodrigues*.

Despacho n.º 19 247/99 (2.ª série). — Pelo despacho n.º 24/MTS, de 15 de Março de 1999, foi o Instituto de Informática e Estatística da Solidariedade (IIES) designado como entidade responsável pela coordenação sectorial, na área da solidariedade e segurança social, ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 64/94, de 28 de Fevereiro.

Sucede que este diploma veio a ser revogado pelo Decreto-Lei n.º 196/99, de 8 de Junho, que mantém em funções as entidades de coordenação sectorial até serem feitas as novas designações, no âmbito deste novo diploma.